

O negro tomou parte no bandeirismo?

Cassiano Ricardo
(da Academia Brasileira)

Antes de dar uma resposta, que me parece definitiva, à pergunta — o negro tomou parte no bandeirismo? — acho de bom aviso esclarecer o pormenor referente à acepção da palavra "negro" na terminologia bandeirante.

OS TAPANHUNOS DO PLANALTO

Na linguagem dos nossos avós, negro-africano tem também, o nome de "tapanhuno". Não foi outra coisa o que sustentei em "Marcha para o Oeste".

Trata-se de coisa mais que cabida.

Se há um esclarecimento a fazer é o de que os "tapanhunos" do planalto não admitem qualquer confusão com os "tapanhunos" que Metraux menciona como localizados mais ao norte (1) e contra os quais teria investido Francisco Dias d'Ávila, no litoral da Baía. (2) É possível isso sim, que a denominação dada aos africanos da bandeira (denominação de tapanhunos) provenha, justamente, do fato de existirem, no Brasil, os índios de pele escura que eram os tais tapanhunos da tribo tupi. Mas a linguagem dos documentos é muito clara e faz a distinção (pele menos no planalto) entre uns e outros; isto é, fala exemplificadamente em negros assim da terra (os índios) como tapanhunos (vindos de fora).

NEGRO-AFRICANO E NEGRO-ÍNDIO

Quanto a "negro" só se referir ao índio escravo, já quem assim o disse não tem a mínima razão.

Neste ponto, a razão está com Taunay quando nos diz: "negro dos nossos primeiros séculos tanto podia significar indígena da América como da África". (3) Quem, na verdade, — pergunta Ciro T. de Padua e com toda a razão — nos poderá assegurar que negro, como sinônimo de escravo, só se aplique ao índio e não ao africano? Se tanto havia escravo índio como africano, o lógico é aplicar a designação de negro tanto ao primeiro como ao segundo. Em outras palavras: mesmo que os nossos avós não aplicassem a palavra "negro" no sentido em que hoje a usamos — como sinônimo de preto — o certo é que a aplicavam como sinônimo de escravo e escravo não era só índio senão também o africano. Portanto, negro podia ser, também, o africano e não exclusivamente o índio. Assim, as atas — presenças bem atenção a este ponto — falam em negros "assim da terra como tapanhunos" (4). Também falam em "negros do gentio de Guiné" (5). Neste contexto, num só argumento, tamanha indústria de erros reunidos. (1) Um "certo aumento" (como que reconhecido por favor) não só está em contradição com as suas próprias palavras — "a sua importância foi avultada" — como também, e principalmente, com a grande verdade histórica, pois o que houve foram levas e mais levas de africanos que marchavam nas bandeiras matogrossenses. (2) Na ânsia de excluir o africano da bandeira, chega ele a excluir do fenômeno bandeirante os capítulos referentes à conquista do ouro, ou seja, à conquista de Goiás e Mato Grosso. Pela sua lógica, Anhangüera e Pascoal Moreira deixam de ser bandeirantes por terem realizado as suas proezas depois de 1710. (3) Fosse a bandeira sinônimo de caça ao índio e os espanhóis teriam sido mais bandeirantes que nós.

OS METAIS PRECIOSOS E O BANDEIRISMO

Quanto mais caçassem índios mais bandeirantes teriam sido. O fenômeno estaria na razão direta da técnica de caçar. Ora, a caça ao índio corresponde apenas ao "bandeirismo por mandato"; isto é, ao bandeirismo que se exercia em nome do agricultor. Na melhor das hipóteses, será um dos capítulos do expansionismo; não será, entretanto, o seu principal capítulo. Embora condicionado a outros fatores étnico-culturais, o objetivo mais característico do fenômeno é justamente o do ouro e das pedras preciosas. Pois não são, desde o primeiro momento, os mitos do ouro e das riquezas fabulosas que levam ao sertão bruto as mais atrevidas bandeiras? Quando o colonizador, veio, já veio pensando em tais riquezas. Tanto assim que Martim Afonso se "localiza na costa do ouro e da prata". Mais do que isso: a primeira entrada que Martim Afonso realizou foi baseada na informação que lhe garantia existir, nos cafundós da serra, um tesouro tão mirífico que lhe daria "quatrocentos carregueiros" de metal falcante. O maior caçador de bugre, Raposo Tavares, só se realiza plenamente como bandeirante — no sentido legítimo desta palavra — quando deixa de ser um mandatário do agricultor para empreender a jornada do ouro. Fosse o bandeirismo apenas sinônimo de caça ao bugre e Fernão Dias Pais não teria sido bandeirante na sua "formidável jornada esmeraldina dos oito anos". A "itaberabocu" nada tem que ver com caça ao bugre e, no entanto, é o objetivo de numerosas e trepidantes expedições sertanistas. O ouro da fábula é o primeiro objetivo da bandeira e tão característico, tão persistente que a Serra Dourada sobrevive em pleno século XX. É o primeiro — preexiste ao próprio fenômeno — e será o último a desaparecer. O verdadeiro bandeirismo também não começa pela caça ao bugre; ao contrário, começa pelo "concurso indígena", uma vez que "o costume de bandeirar já era índio". O tipo social do bandeirante, escoimado de quaisquer confusões com o "predador", com o "chefe de milícia rural" ou mesmo com o "bandeirante por mandato" só se realiza, na sua plenitude, com a participação étnico-cultural do tupi ao lado do branco, ou mesclada com o branco, principalmente espanhol. É o mameuco, resultante do cruzamento do índio com o branco, (ou seja, do "homo primitivus migratorius" com o branco) que caracteriza o fenômeno cujo objetivo constante e característico é o ouro da fábula e não a caça ao bugre.

E como nos vem dizer Alfredo Elis que a procura de metais preciosos e das esmeraldas já pertence a outro ciclo por não ser mais o bandeirismo?

Isso é que se chama verdadeira "subversão da história".

A BANDEIRA UM SO? FENÔMENO SOCIAL

Mas outras raças entram na bandeira e cada qual em seu momento próprio. O africano não poderia faltar, e não faltou, com o seu concurso — que chega a caracterizar uma das principais atividades do grupo bandeirante — a da mineração. Além disso, o fenômeno bandeirante, como tantas vezes procurei demonstrar, não se resume, do ponto de vista social, a esta ou àquela bandeira, mas compreende todas as bandeiras, inclusive as que se deslocam com os seus grandes séculos de africanos para a conquista de Goiás e de Mato Grosso.

Excusando, como pretendeu Elis, os capítulos goiano e matogrossense, nos quais o negro foi o principal elemento do bandeirismo, pensou ele que, assim procedendo, excluía o negro da bandeira e justificava a sua tese dólco-loura...

O raciocínio é simplista demais.

O AFRICANO, JÁ NOS SÉCULOS XVI E XVII

Dado, porém, que concordássemos com Elis quando fixa tão suficientemente o ano de 1710 para encerrar o ciclo do bandeirismo, ainda o seu raciocínio estaria errado quanto à presença do negro na bandeira.

Embora em menor escala que o índio, o africano está presente à penetração histórica desde os séculos XVI e XVII. Já não quero aludir aos africanos que figuram em muitos rois de inventários bandeirantes. Afonso Sardinha, por exemplo, dispunha de numerosa escravaria africana. Fernando Raposo Tavares ostentava uma galeria completa de tapanhunos. Josepe Camargo e Fernando Camargo, o dos "patos", não ficavam atrás em assunto de preto... Em tal caso me bastaria invocar um argumento, que é hoje ponto pacífico em bandeirologia e que viria a propósito: cada bandeira nada mais era que um prolongamento do planalto. Se havia negro no planalto, havia negro na bandeira, não estará o bandeirante falando em negro como sendo o próprio negro africano? É evidente que sim. Se os negros são "assim da terra como tapanhunos", ou pertencem ao "gentio de Guiné" — está explicado que tais negros são, também, os africanos. Não há outra conclusão, mesmo porque "interpretatio cessat in claris"... Aliás, havia maior razão em se chamar negro ao próprio negro, ao invés de fazê-lo com referência ao ameríndio que nem sempre era escravo (por causa da legislação e do jesuíta) quando o negro (africano) era tão necessariamente escravo que o próprio jesuíta o reconhecia como tal. Não será outra a razão pela qual, nos inventários, o bandeirante estabelece, sempre, a distinção entre uns e outros, dizendo: "declaro que tenho em meu serviço tantas ou tantas peças do 'gentio da terra' e mais uma negra do 'gentio de Guiné'" (6). Bastasse a palavra "negro" para designar o índio e não haveria necessidade dessa distinção entre os negros do "gentio da terra" e os negros do "gentio de Guiné"...

INDÚSTRIA DOS ERROS REUNIDOS

Para evitar qualquer dúvida, entretanto, devo prevenir o leitor de que só incluí neste estudo o negro africano. Vali-me unicamente das investigações que fiz sobre o tapanhuno. Tive mesmo o cuidado de por à margem todo documento onde houvesse apenas a palavra "negro", sem designação de sua procedência.

Agora, a pergunta — o negro tomou parte no bandeirismo?

Na primeira edição da "Marcha para o Oeste" concluí pela afirmativa. E o fiz à luz de avultada documentação, refutando a opinião contrária de alguns escassos historiadores, entre os quais meu amigo Alfredo Elis, para quem o tapanhuno "quase" não tomou parte. Naturalmente aturdido pela prova que apresentei, e não querendo dar o braço a torcer, o brilhante autor de "Troncos paulistas" resolveu tirar o caso a limpo. E escreveu-me uma carta que é "quase" uma confissão do erro cometido, dizendo: "você cita alguns casos em que a minha opinião é impossível. Estou de pleno acordo, mas são casos reveladores do número apocado de negros africanos". Logo depois, publicava o distinto historiador, na Revista do Dep. Estadual de Estatística, um longo artigo para reafirmar a teimosia de que o africano esteve "quase" ausen-

te do bandeirismo, porque: (agora vem ele com esta explicação):

"Só no setecentismo, findo o período da caça ao índio, quando os vicentinos mineravam o ouro nas Gerais, em Goiás ou em Mato Grosso, o preto teve um certo aumento e a sua importância foi avultada. Então — acrescenta, incomensurável — não era mais o bandeirismo, que só teve vigência até 1710".

Há bastante tempo não encontrei. Quantas vezes ocorre o fato de ficar "a vila deserta por os moradores terem ido ao sertão"! Não teriam os negros, evidentemente (como frizei em minha "Marcha para o Oeste") feito exceção a essa regra, ficando em casa quando todos seguiam sertão a dentro. Francamente, a lógica está gritando e dizendo que os pretos, existentes no planalto (e eram tantos que davam o que fazer aos maiores da governança), iam todos na tropa. Não podiam ficar caçando canários ou rezando pela sorte de seus amos.

OS INVENTÁRIOS E... A LÓGICA

E a lógica — não a pseudo-lógica das idéias claras mas a lógica dos fatos — encontraria a sua glorificação nos documentos mais expressivos do bandeirismo. A leitura de qualquer inventário do setecentismo nos denuncia esta verdade. Os "tapanhunos" de Manoel Fonseca Osório, por exemplo: tinham seguido para Taubaté e Mogi. (7) Os de Maria Leite da Silva (8) e que lhe foram doados pelo cap. Fernão Dias Pais, haviam saído a sertanejar com ela própria. Os de Matias Rodrigues da Silva (9) tinham ido para as minas em poder de Alberto da Cunha ou Catarina da Cunha. (10) E os de Bartolomeu Bueno Cacunda? E os de Estêvão Ribeiro Baião? Não teriam, "ipso facto", acompanhado os seus senhores nas correrias do século?

Faço tais perguntas só pelo prazer de argumentar, pois não preciso delas para demonstrar a presença do africano na bandeira. Os documentos, com que a História entope todas as teimosias, dispensam tais perguntas. Quero que o meu prezado Alfredo Elis conteste, não a mim mas as atas do bandeirismo; não a mim mas aos papéis existentes no Arquivo de São Paulo ou no documentário de Sevilha...

UMA BANDEIRA SO' DE AFRICANOS E DE TUPIS

E por falar em "mulato tuerto de um olho"... quem era esse mestiço?

Faço a pergunta com segunda intenção porque a resposta nos irá esclarecer que tal "mulato tuerto de um olho" poderá ter sido aquele chefe de bandeira a quem o padre João Alvares confiava o comando de sua tropa constituída por africanos e tupis.

Mas, então, houve alguma bandeiras constituída só de tupis e africanos? estou prestando esta objeção. Não haverá, porém, nenhuma razão para espanto quando se souber, pela palavra de Taunay, o famigerado padre João Alvares, na primeira metade do século XVII, organizou "uma bandeira exclusiva de tupis e tapanhunos". Dela — esclarece Taunay — "não fazia parte um branco" (14). Realmente, a constituição das entradas paulistas (vou aqui transcrever, uma a uma, as palavras do sábio historiador) nos mostra "a coexistência frequente (veja-se bem: a coexistência frequente) nas mesmas mesnadas, de índios e tapanhunos recém-vindos do alem Atlântico, sobretudo — acrescenta — depois de passadas as primeiras décadas da colonização".

OUTRAS PROVAS IRREFUTÁVEIS

Poderia eu lembrar ainda que Fernão Dias Pais é quem leva os primeiros africanos para as Gerais — antes que o tivessem feito os criadores de gado pelo

(Continua na página seguinte)

O negro tomou parte no bandeirismo?

(Continuação da página anterior)

norte, via S. Francisco. (15). Ainda: Pascoal Leite Pais — outro bandeirante da mesma estirpe — foi quem levou o africano ao extremo sul. Quando brigavam bandeirantes com espanhóis, ao assaltarem estes o acampamento de Cazapaguassu, que aconteceu? Caem prisioneiros "dezessete paulistas, entre os quais um negro africano" (16). Nem faltou um pormenor pitoresco para completar a presença do africano na composição étnico-cultural da sociedade bandeirante. É o caso dos numerosos casamentos, promovidos astuciosamente pelos calções de couro, de índios das aldeias com "negros importados da África ou seus descendentes, igualmente escravizados". (17) O expediente chegou a impressionar tanto que não tardou uma ordem régia, datada de fins do século XVII, tentando coibir o abuso. E como falar em "apocado número de africanos" quando a presença deles é tão avultada que dá margem a uma ocorrência de tal naipe?

A BANDEIRA E O SEU MOMENTO AFRICANO

Termina o século XVII com essa nota econômico-lírica e já, então, ninguém ousará dizer que o africano estaria quase ausente do planalto e da bandeira. Ao contrário, descobrem-se as minas e o bandeirismo inaugura o seu momento africano. Todos os negros do litoral fogem para as minas, em "rebanhos trágicos". Vem a luta contra os emboabas e aí está o negro, tomando parte nas primeiras refregas.

O NEGRO NA LUTA CONTRA OS EMBOABAS

Que o digam os africanos do Arraial Velho... Parece, mesmo, que a primeira vitória contra os emboabas foi, em grande parte, conquistada pelos tapanhunos que os levaram, a chugo e arcabuz, até o "mato dos emboabas". Um estudioso dessa luta (e dos mais honestos pesquisadores de documentos que com ela se relacionam, diz: "lutando com os paulistas, auxiliando-os nos combates, levando-os muita vez à vitória, aí estavam os africanos."

O NEGRO NA MINERAÇÃO

Mas, com conciliar o ímpeto da arrancada com a tendência sedentária do negro?

É o que me parece explicado pela linguagem dos documentos oficiais. Enquanto movimento, a bandeira é indígena; quando acampada para o trabalho dos pousos e das roças para abastecimento da tropa, é africana. Quando chega a época da mineração, isto é, quando os mitos do ouro se desencantam na realidade das minas ou do ouro de lavagem, a bandeira "substitui o braço indígena pelo africano". Nem se pode separar a bandeira do seu objetivo constante e característico. Se o objetivo da bandeira é o ouro, o minerador continua sendo bandeirante. Será um bandeirante que encontrou o seu objetivo e que, muitas vezes, arma de novo a sua tropa para sair à procura de outras lavras auríferas, e ir bandeirar em outras regiões mais propícias; mas não deixará de realizar o tipo social do desbravador. O bandeirante só deixa de ser quando se fixa na propriedade imobiliária e latifundiária, perdendo o espírito de aventura e desligando-se, culturalmente, das causas e fins que o levaram a bandeirar. O homem fixado limitou o seu horizonte, dentro de sua economia satisfeita: não é mais bandeirante. É o que aconteceu com os que fundaram as suas enormes fazendas de criação no vale de S. Francisco. Enquanto, porém, a sua atividade desbravadora ou mineradora não cessa, ele continua sendo o que é, social e historicamente. Bandeirante por

mandato, quando serve ao interesse do agricultor; bandeirante na pureza do seu ofício quando sai à conquista dos metais ou serras resplandecentes.

O NEGRO NA MARCHA PARA O OESTE

Os que conquistaram Mato Grosso e Goiás são, portanto, tipos autênticos de bandeirantes.

Com eles rimam bem os africanos, que culminam na marcha para o Oeste, tomando parte na luta contra os palagás terríveis. Ou porque já houvesse negros em abundância, ou simplesmente porque o clima da região "só admitisse o negro para conquistá-la", o certo é que as bandeiras matogrossenses levaram centenas e mais centenas de africanos. Na sua arrancada para o coração do continente.

EXCLUSÃO ODIOSA

O recurso de que se serviu Alfredo Elis para excluir o africano da bandeira não está à altura de sua responsabilidade de historiador.

Não podendo negar a numerosíssima contribuição africana nas conquistas máximas do bandeirismo, ocorridas depois de 1710, que fez ele? Excluiu os capítulos de Mato Grosso e Goiás do bandeirismo e gritou: está tudo resolvido. O recurso, tão disparatado que importaria na exclusão de Pascoal Moreira e Anhangüera dos nossos fastos bandeirantes, não podia, entretanto, dar o efeito pretendido — pois a contribuição do negro data dos primeiros momentos do bandeirismo e vem se avolumando, cada vez mais, pelos séculos XVI e XVII.

AINDA A BANDEIRA AFRO-AMERÍNDIA

Pois é verdade. E quando a presença do preto não constasse de qualquer documento espanhol, ou quando Afonso Sardinha não se houvesse dado ao luxo de, já no século XVI, importar pretos da Angola para o seu bandeirismo, bastaria aquele caso singularíssimo da bandeira constituída só de africanos e tupis, no início do século XVII para dar aos africanos um relevo espantoso na história das bandeiras. Pouco importa saber qual a crônica do padre João Alvares, o autor da famosa entrada afro-ameríndia. Dizem certos jesuítas espanhóis, como Mancilla e Manzeta, que o vigário de S. Miguel era isto, era aquilo, e mais aquilo, terminando a tremenda objuratória com uma referência aos bandoleros de San Pablo: "talis sacerdotes, talis populus. O que é certo é a sua vocação para organizar uma bandeira "só de tupis e africanos", chefiada por um mestiço: "el que va por capitán de la escuadra es de la casa del vicario de esta villa".

"TUERTO DE UN OJO"

Pouco importa, também, que esse "capitán" tenha sido "tuerto de un ojo".

Muito mais "tuerto de un ojo" é o historiador que quer negar a letra expressa dos documentos para satisfazer a caprichos pessoais...

(1) — METRAUX, "La civ. matérielle des tribus tupi-guaranis", p. 77.

(2) — TALMON, "Hist. da Casa da Torre", p. 34.

(3) — TAUNAY, "Hist. Geral das Band. Paulistas", I, 29.

(4) — Atas, IV, 16.

(5) — Reg. geral, VII, 109.

(6) — Invent. de Pero Dias Leite.

(7) — Invent. XXI, 86.

(8) — Idem, 419.

(9) — Idem, XXV, 258.

(10) — Idem, XXV, 260.

(11) — Registo, Geral, VII, 109.

(12) — Atas, IV, 16.

(13) — Anais do Museu Paulista, V (2ª parte), p. 33; Arquivo de Sevilha, (separata do Tomo V, p. 160; Idem, p. 199 (con gran pujança de índios, negros y mulatos).

(14) — TAUNAY, "Hist. Geral das Bandeiras Paulistas". Tomo V, p. 107.

(15) — SALOMAO DE VASCONCELOS, "A escravatura negra em Minas Gerais", in "Jornal do Comércio", ed. de 20-11-938.

(16) — TAUNAY, obra cit., I, 184.

(17) — TAUNAY, idem, IV, 900.